



Reflexões teóricas sobre a Geografia do Trabalho: uma ode ao pensamento crítico

Nagib Aouar Claudino¹
Pacelli Henrique Martins Teodoro²

Resumo

O presente artigo evidencia a centralidade da categoria “trabalho” na Geografia, enquanto ciência. Para tanto, apresentou-se brevemente o contexto da trajetória histórica da Geografia até a denominada Geografia do Trabalho, além de uma reflexão sobre diferentes abordagens teóricas acerca do conceito de classe trabalhadora, objetivando-se compreender as complexidades e transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus rebatimentos espaciais. Para compreensão da realidade concreta do mundo do trabalho contemporâneo, realizou-se também uma breve reflexão histórico-geográfica acerca do processo de reestruturação produtiva no Brasil e seus desdobramentos sobre a formação de uma nova classe trabalhadora. Este trabalho se baseia na teoria marxista, que apresenta o trabalho enquanto condição ontológica humana. Para desenvolvimento da temática proposta, foi utilizado o método histórico, com base em pesquisas bibliográficas acerca do tema, presentes em livros, artigos e teses, o que resultou na produção deste texto, que traz uma análise teórico-crítica sobre a categoria do trabalho na Geografia e sua materialização socioespacial.

Palavras chave: Geografia do Trabalho, classe trabalhadora, mundo do trabalho, reestruturação produtiva.

Reflexiones teóricas sobre la Geografía del Trabajo: una oda al pensamiento crítico

Resumen

El presente artículo evidencia la centralidad de la categoría “trabajo” en la Geografía, como ciencia. Para ello este fin, se presentó brevemente el contexto de la trayectoria histórica de la Geografía hasta la denominada Geografía del Trabajo, además de una reflexión sobre diferentes abordajes teóricos sobre el concepto de clase trabajadora, objetivándose comprender las complejidades y transformaciones ocurridas en el mundo trabajo y sus rebatimientos espaciales. Para comprender la realidad concreta del mundo del trabajo contemporáneo, se realizó también una breve reflexión histórico-geográfica sobre el proceso de reestructuración productiva en Brasil y sus desdoblamiento sobre la formación de una nueva clase trabajadora. Este trabajo se basa en la teoría marxista, que presenta el trabajo como condición ontológica humana. Para el desarrollo de la temática propuesta se utilizó el método histórico, con base en investigaciones bibliográficas acerca del tema, presentes en libros, artículos y tesis. Lo que

¹ Bacharel em Humanidades, Licenciado em Geografia e Licenciando em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor de Geografia da rede estadual de Minas Gerais. nagib.a@hotmail.com

² Licenciado, Bacharel e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, com Residência Pós-Doutoral pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br

resultó en la producción de este texto que trae un análisis teórico-crítico sobre la categoría del trabajo en la Geografía y su materialización socio espacial.

Palabras clave: Geografía del Trabajo, clase trabajadora, mundo del trabajo, reestructuración productiva.

Theoretical reflections on the Labor Geography: an ode to critical thinking

Summary

This article evinces the centrality of the category “labor” in Geography, as a science. Therefore, the context of the historical trajectory of Geography to the denominated Labor Geography was briefly presented, besides a reflection regarding different theoretical approaches to the concept of the working class, aiming to understand the complexities and transformations that occurred in the world of work and its spatial results. To comprehend the concrete reality of the contemporary work world a brief historical-geographical reflection on the process of productive restructuring in Brazil and its consequences on the formation of a new working class was realized. This work is based on Marxist theory, which presents work as a human ontological condition. For the development of the proposed theme, the historical method was used, based on bibliographic research on the theme, present in books, articles and theses, which resulted in the production of this paper that presents a theoretical-critical analysis on the category of work in Geography and its socio-spatial materialization.

Key words: Labor Geography, working class, world of work, productive restructuring.

Introdução

O debate acerca das categorias da Geografia enquanto ciência geralmente gira em torno de categorias tradicionais, como espaço, paisagem, território, lugar e outras variantes dentro desse conjunto. A ausência de reflexão em torno da categoria do trabalho costuma passar despercebida no debate geográfico, o que desperta atenção e desconfiança, uma vez que tal categoria se apresenta de caráter ontológico na relação homem-meio ou sociedade-natureza.

A relação capital-trabalho apresenta-se, principalmente no mundo contemporâneo, como um dos motores no processo histórico de transformação do espaço e nas transformações das relações socioespaciais. Nessa perspectiva, o estudo sobre essa categoria e suas transformações faz-se necessário para maior compreensão da sociedade em que vivemos, para quem sabe, assim, serem criadas possibilidades de intervenção em realidades degradantes ou injustas.

Este trabalho tem o intuito de trazer à luz da reflexão o trabalho como categoria de análise importante para Geografia. Para tanto, traz-se uma análise do processo histórico geográfico no qual essa categoria adentra no pensamento geográfico e se converte numa possibi-

lidade de estudos denominada “Geografia do Trabalho”. Pretende-se, também, fazer uma abordagem teórico-metodológica de como a categoria do trabalho pode dialogar com outras categorias dentro da Geografia, a centralidade do trabalho enquanto categoria numa perspectiva marxista/marxiana e suas diferentes formas de abordagem atualmente.

A categoria do trabalho está fundamentalmente ligada ao mundo do trabalho em toda sua dinâmica histórica. Partindo desse pensamento, pode-se afirmar que o debate sobre o trabalho, sem a devida compreensão acerca do mundo do trabalho, possa ser uma forma de entendimento incompleta. Tendo isso em conta, faz-se necessário também compreender o mundo do trabalho e seu processo de transformação. Sendo assim, apresenta-se neste trabalho uma análise do processo de reestruturação produtiva, que tem como marco histórico o início da década de 1970 e as conseqüentes mudanças promovidas no interior dessa “classe-que-vive-do-trabalho”, como denomina Antunes (2009), dando enfoque ao processo de mudanças ocorrido na dinâmica de expansão neoliberal sucedida no Brasil, a partir da década de 1990. Para desenvolvimento da temática proposta, foi utilizado o método histórico, com base em pesquisas bibliográficas a respeito do tema, presentes em livros, artigos e trabalhos de conclusão de curso, o que proporcionou a essa pesquisa uma análise de diferentes ângulos partindo de uma mesma matriz teórica.

Recomenda-se não esperar desse texto uma análise neutra, como preconiza metodologias de base positivista, neopositivista ou conservadora. A matriz teórica que embasa essa pesquisa parte, em sua totalidade, da influência do pensamento marxista. A ausência de neutralidade já se apresenta a partir da escolha do tema e da identidade de classe dos pesquisadores.

Concepções teóricas da Geografia do Trabalho

Quando se fala em Geografia do Trabalho, é preciso salientar que não se trata da criação de mais uma Geografia, mas sim, de elucidar como essa temática deve ser trabalhada e relacionada dentro das categorias básicas da disciplina. O trabalho, enquanto categoria, passou por diversas modificações conceituais, seja numa gradual perda de importância como forma de mediação, seja homem-meio ou sociedade-espaco e ganhou notoriedade como conteúdo concreto, o que fez com que a Geografia do Trabalho se confundisse, em vários aspectos, com a Sociologia do Trabalho (MOREIRA, 2002).

Moreira (2002), em seu texto “Teses para uma Geografia do Trabalho”, traz algumas reflexões e propostas para arejar a Geografia do Trabalho brasileira como proposta de traba-

lho e constructo teórico. Ele relata que a categoria “trabalho”, quando analisada numa perspectiva geográfica, deve ter um enfoque sobre duplo nível: o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade-espço. A relação metabólica homem-meio, que é uma abordagem mais ampla do processo histórico, apoia-se na seguinte formulação teórica:

O trabalho é, antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2017, p. 255).

Essa relação metabólica homem-meio, citada por Moreira (2002), também já havia sido abordada por Santos (2008a, p. 96), quando escreveu “[...] o trabalho é um processo de troca recíproca e permanente entre o homem e a natureza.”, ambos influenciados por Karl Marx (1818-1883). A relação metabólica homem-meio trata-se de um processo de intercâmbio em que o homem produz a si mesmo, enquanto ser social, assim como produz o meio (espço). Marx (2010) denominava esse processo como hominização do homem pelo trabalho.

Moreira (2002) relata que o aspecto geográfico da hominização do homem pelo trabalho é permitido por algumas categorias de análise, dentre as quais se pode citar a (des)territorialização, que é uma escala de espço-tempo importante para a Geografia do Trabalho. Pode-se dizer que a hominização é uma temática fundamental para a Geografia do Trabalho e que a aproxima efetivamente da Sociologia do Trabalho alemã, também de inspiração marxista.

A relação sociedade-espço é outro nível de existência da Geografia do Trabalho. Segundo Moreira (2002), essa perspectiva de análise serve tanto para o micro quanto para o macro espço e teve grande influência da fórmula de Henri Lefebvre (1901-1991), que trabalha a reprodução das relações de produção. Essa abordagem também é utilizada para a economia política do espço, no que tange a constituição do espço urbano. Como bem resume Carlos (2011, p. 23), “o espço se define pelo movimento que o situa como condição, meio e produto da reprodução social [...]”. Nesse processo de reprodução social, o espço atua como uma categoria de regulação. Moreira (2002) define esse processo como a regulação espacial das relações humanas em sociedade. A estruturação espacial das convivências é o mote da Geografia do Trabalho nesse plano.

Quando se analisa categorias tradicionais da Geografia, como paisagem, território e espaço, Moreira (2002) relata que são categorias da mediação do trabalho, assim como também mediadoras de outros temas para além do trabalho, cabendo ao geógrafo teorizar como utilizá-las na perspectiva de uma Geografia do Trabalho.

Moreira (2002) ainda dá algumas pistas para utilização de algumas dessas categorias na Geografia do Trabalho, por exemplo, as de território e espaço. O autor relata que estas estão interligadas em um processo de análise. O território precisa ser observado no contexto do espaço e o espaço como o plano no qual vai se mover o ato analítico do território. Nessa perspectiva, o autor demonstra que inicialmente os temas da Geografia do Trabalho devem ser compreendidos no âmbito do território, porém, deve se ter em mente que este território é apenas um recorte num espaço de estrutura e dinâmica muito mais abrangentes. Temas como ações sindicais, degradação do trabalho, desemprego e informalidade, quando analisados, têm seu recorte territorial, localidade e territorialidade onde o fato está acontecendo, entretanto, tais fenômenos estão estruturalmente ligados a dinâmicas que excedem aquele território onde o fato acontece.

Como forma de exemplo prático, pode-se apontar a utilização de trabalhadores rurais em condições de trabalho análogas a de escravo³ pelo agronegócio brasileiro. Esse fenômeno tem seu caráter territorial na divisão social do trabalho nacional; está localizado em determinada parte de nosso território; tem especificidades locais de sua porção territorial; porém, é reflexo e está inserido numa dinâmica socioespacial maior, como a posição do Brasil como país de capitalismo dependente no mundo e seu papel na divisão social do trabalho no espaço global. Como explica Moreira (2002), para entender a realidade concreta da sociedade, a utilização da categoria território não deve ser utilizada deslocada da categoria de espaço.

Segundo Bezerra (2012), as contribuições de Ruy Moreira para Geografia do Trabalho são ousadas no sentido de colocar a Geografia como parte integrante do processo que Marx denominou de hominização, contudo, ressalta que o fazer do ser social em sua essência possui uma conexão geográfica. Esse entendimento, que é fundamental para uma perspectiva que parte da centralidade da categoria “trabalho”, nasce a partir das contribuições do filósofo György Lukács (1885-1971), que é historicamente um dos grandes estudiosos das Obras marxianas. A partir desse aprofundamento nas obras filosóficas de Marx, Lukács criou uma ver-

³ O artigo 149 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) traz em seu bojo a caracterização necessária para enquadrar um trabalhador “reduzido a condições análogas a de escravo”, quais sejam, a submissão do indivíduo a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, bem como a condições degradantes de trabalho e, inclusive, a restrição, por qualquer meio, de sua locomoção.

dadeira teoria da Ontologia do Ser Social, o que, para Bezerra (2012, p. 29), “esse percurso escolhido por Lukács elege o trabalho como modelo de toda *práxis* social.”.

[...] o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos tendem a transformar alguns objetos naturais em valores de uso. Junto a isto, nas formas ulteriores e mais evoluídas da *práxis* social, se destaca mais acidentalmente a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última – mas somente em última instância – mediar a produção de valor de uso. Também neste caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelas posições teleológicas e pelas séries causais que elas põem em movimento. (LUKÁCS, 1981 apud BEZERRA, 2012, p. 30).

Thomaz Júnior (2002), geógrafo brasileiro, traz contribuições efetivas que sintetizam bem a concepção de Ontologia do Ser Social trazida por Lukács e mostram os aspectos fundamentais que relacionam a dialética do processo social e o trabalho sob o enfoque geográfico.

Com as atenções voltadas, então, para a dialética do processo social, o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a *práxis* ontológica do trabalho diante do agir societal. Nesse sentido, já em nível superior à protoforma da *práxis* social, o trabalho é resultado de um pôr teleológico através do qual o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho enquanto fonte primária da articulação entre causalidade e teleologia é um processo entre atividade humana e natureza que se sintetiza na célula do ser social. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 4).

A partir dessa explanação trazida por Thomaz Junior (2002), percebe-se que a relação entre homem e natureza ocorre num plano mais complexo do que as meras necessidades biológicas dadas, mesmo que as necessidades biológicas por si só já denotem uma relação ontológica entre homem e meio mediada pelo trabalho, uma vez que não existe vida humana sem relação homem-natureza.

Segundo Bezerra (2012, p. 30), “na natureza existe apenas causalidade e é somente com o surgimento do ser social que se desenvolve uma peculiar e única articulação entre causalidade e teleologia.”. O homem enquanto ser social é dotado de posições teleológicas, aspectos de finalidade no processo de relação com a natureza e relações sociais, o que é em essência o grande diferencial em relação aos homens e outros animais, diferencial este que se caracteriza pela capacidade humana de fazer escolhas conscientes. “As posições teleológicas

imprimem, no primeiro momento, o intercâmbio homem e natureza, e no segundo momento, as relações dos homens entre si.” (BEZERRA, 2012, p. 30).

Assim, ora mais ênfase à relação homem – meio, ora à organização espacial, a tecitura da sociedade vai sendo construída, sendo que o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico. Entendemos que a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/ teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. Dessa forma, ganha dimensão analítica o conceito de metabolismo societário do trabalho, constructo desse complexo processo de relações que habita o mundo do trabalho, que através das pesquisas nos propomos apreender/interpretar geograficamente. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 5).

O conceito de metabolismo societário do trabalho, elencado por Thomaz Junior (2002), é, sem dúvida, basilar para compreender as relações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. Segundo Antunes (2009, p. 21), “o sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital”, o que é totalmente diferente da relação ontológica do ser social, que tem o trabalho como mediação de primeira ordem, enquanto o sistema do metabolismo social do capital é apenas um constructo histórico.

Os termos “mediações de primeira ordem” e “mediações de segunda ordem” são clarificados por Antunes (2009) e Meszáros (2002). As mediações de primeira ordem têm como finalidade a preservação das funções vitais, da reprodução individual e societal, tendo como características definidoras a necessidade elementar das relações entre homem e natureza e a necessidade de um intercâmbio com a natureza pela mediação do trabalho. Estas determinações elencadas são de ordem ontológica, que Antunes (2009, p. 22) designa como “ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem.” As mediações de primeira ordem também trazem como característica elementar a ausência de hierarquias estruturais, que configuram o sistema de metabolismo societal do capital.

Ainda segundo Antunes (2009) e Meszáros (2002), as mediações de segunda ordem, como constructo histórico específico de um período histórico da humanidade, tiveram um papel transformador nas funções das mediações de primeira ordem. A dinâmica do sistema metabólico do capital, com seu imperativo expansionista, acabou por subordinar todas as funções reprodutivas sociais. Dessa maneira, valores de uso ligados a um sistema de primeira

ordem foram totalmente subordinados a valores de troca em expansão, afetando desde as atividades produtivas humanas até aspectos mais subjetivos da cultura.

É fato que a divisão social do trabalho era diferente numa sociedade de mediação de primeira ordem, em que o valor de uso exercia uma função reguladora efetiva. Com a vigência das mediações de segunda ordem, o capital passa a instaurar uma divisão hierárquica do trabalho que viabilizou um novo metabolismo social, momento no qual o valor de troca passa a imperar como função reguladora máxima. Dentre os principais elementos constitutivos da chamada mediação de segunda ordem estão:

1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; 2) a imposição dessas condições objetivas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce mando sobre eles; 3) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas –, votada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital; 4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse trabalho a suas funções produtivas fragmentárias. (MÉSZÁROS, 1995 apud ANTUNES, 2009, p. 23).

Harvey (1982) relata que o domínio do trabalho pelo capital é fundamental para o processo de expansão do sistema capitalista. Sem a extração de mais-valia não haveria acumulação. Essa relação entre capital e trabalho terá influência direta sobre o ambiente construído, que se pode chamar de produção do espaço. Harvey (2005) também chama a atenção para uma contradição inerente a esse processo. Quando a exploração do trabalho pelo capital se aprofunda, os riscos para a estabilidade do capitalismo, enquanto ordem social, são inevitáveis, ocorrendo consequências e efeitos danosos para a vida urbana. Ao realizar uma reflexão sobre alguns dos pontos apontados por David Harvey e por tantos outros autores, torna-se imperativo reconhecer a importância da análise categórica do trabalho e da imprescindibilidade de uma Geografia do Trabalho para auxiliar no processo de compreensão e intervenção na produção e reprodução do espaço.

Quando se fala em Geografia do Trabalho, é importante salientar o aspecto vanguardista do que tem sido produzido no Brasil, principalmente a partir do Centro de Estudos Geografia e Trabalho da Universidade Estadual Paulista, em Presidente Prudente-SP. Para Bezerra (2012), a Geografia tem experimentando um momento frutífero no debate acerca de uma Geografia do Trabalho, consolidado principalmente a partir da inquietação de sujeitos sociais que se ocupam do entendimento da mobilidade espacial, tanto do capital quanto do trabalho,

em casos de conflitos territoriais e na reconfiguração global de processos geográficos do trabalho.

Apesar da Geografia brasileira, no seu contexto mais geral, ter forte influência da Geografia europeia, é fundamental ter em vista a importância de uma Geografia do Trabalho brasileira ou, de forma mais abrangente, latino-americana, pois não se pode fechar os olhos para a realidade concreta do papel ocupado por esta região na divisão internacional do trabalho, a realidade do capitalismo dependente e a herança colonial que está presente em nosso cotidiano.

Este colonialismo se inició con la ‘Conquista’ española y portuguesa y adquirió una forma más compleja después de la emancipación nacional de aquellos países. La razón de esa persistencia es la evolución del capitalismo y la incapacidad que tienen los países latinoamericanos de impedir su incorporación dependiente al espacio económico, cultural y político de las sucesivas naciones capitalistas hegemónicas. (FERNANDES, 2015, p. 113).

Faz-se imprescindível para a construção do conhecimento de nossa realidade resgatar autores quase esquecidos pela Geografia, a exemplo de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e outros que foram exilados do pensamento brasileiro, como é o caso de Ruy Mauro Marini. As contribuições de Marini (1973) para pensar a categoria de superexploração da força de trabalho latino-americana impõem, no mínimo, reflexões de profunda relação acerca do processo *sui generis* de produção e reprodução dos espaços nesse continente, levando às raízes das barbáries perpetradas contra a classe trabalhadora desse território.

[...] o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. (MARINI, 1973, p. 22).

Dessa maneira, para o fortalecimento da Geografia do Trabalho, é basilar compreender a realidade do mundo do trabalho latino-americano, a partir de uma perspectiva advinda dessa realidade, assim como também não perder de vista os aspectos da reestruturação produtiva em âmbito global. Para Thomaz Junior (2002), o processo de reestruturação produtiva causa um amplo conjunto de transformações na esfera do mundo do trabalho e isso dirige profundas modificações no espaço e território. Com base nessas premissas, a existência e atuação da

denominada Geografia do Trabalho e de disciplinas próximas, como a Sociologia do Trabalho, estão intimamente ligadas à compreensão histórica das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, novas formas de extração de mais-valia da classe trabalhadora, novas formas de precarização e tendências do que Antunes (2005) chamou de “a nova morfologia do trabalho”. Sendo assim, nos próximos capítulos, será realizada uma reflexão de algumas perspectivas teóricas sobre os estudos da classe trabalhadora e, também, uma análise da realidade concreta do mundo do trabalho contemporâneo, do qual a Geografia do Trabalho efetivamente terá que partir para qualquer estudo que se proponha, dada a importância do trabalho como categoria de análise geográfica na produção e reprodução do espaço.

Possíveis análises teóricas para se pensar a classe trabalhadora

A classe trabalhadora, como campo de análise teórica, apresenta diversas abordagens, mesmo dentro de uma mesma matriz de pensamento. No contexto da reflexão teórica marxista/marxiana, a concepção de classe trabalhadora apresenta várias perspectivas, desde aquelas que se baseiam na teoria marxiana como concepção acabada de pensamento, dando a mesma um caráter ortodoxo que em verdade não existe no pensamento de Marx, até aquelas que flexibilizam de tal maneira as categorias teóricas fundamentais do marxismo, que acabam por desqualificar o debate de enfrentamento do capital. Este último posicionamento geralmente parte de autores influenciados pelo que podemos denominar de pós-modernismo. O debate sobre essas concepções se faz basilar para qualquer disciplina que se proponha a partir de uma análise que tenha a categoria do trabalho como algo central, seja a Geografia do Trabalho, Sociologia do Trabalho ou qualquer que seja a subárea de conhecimento.

Bezerra (2012) traz alguns passos teóricos para auxiliar a compreensão dessas diversas concepções de classe trabalhadora na atualidade, identificando três perspectivas de estudo: a de contenção e/ou enrijecimento, a de ampliação e, por último, as perspectivas denominadas de frouxas e/ou esquizofrênicas. Tanto o autor citado quanto este trabalho partem da premissa de que tais aspectos levantados não esgotam ou fecham o debate sobre a noção de classe trabalhadora, todavia, dão um norte satisfatório no sentido de qualificar o debate. A perspectiva de contenção e/ou enrijecimento especificada por Bezerra (2012) é aquela que tem a classe trabalhadora como expressão central, entretanto, nessa linha de análise, a classe trabalhadora é vista circunscrita a noções bem fechadas da Obra de Marx, o que faz com que os autores que trabalham nessa linha sempre tentem problematizar e analisar os diversos fenômenos ineren-

tes ao mundo do trabalho e a classe trabalhadora a partir do que Marx definiu como classe trabalhadora.

Lessa (2007), que tem boa parte de sua Obra e teoria inspirada no livro I de O'Capital, entende que a classe trabalhadora se constitui na tradicional luta entre proletariado e burguesia. Segundo ele, o proletariado deve ser entendido como aquela classe que produz a riqueza pela transformação da natureza pelo trabalho. Concepção que do ponto de vista deste trabalho não se caracteriza com algo incorreto, mas insuficiente para compreender a classe trabalhadora tal qual se apresenta atualmente. Dessa maneira, pode-se caracterizar Lessa (2007) como um autor que trabalha na linha de estudos que Bezerra (2012) chamou de contenção e/ou enriquecimento. No entendimento de Bezerra (2012), o problema desta linha de pensamento e estudo é acreditar que, para entender o mundo contemporâneo, o pensamento de Marx não precisa de nenhuma adição ou adaptação. Como é possível notar nesta afirmação de Lessa:

Não há qualquer necessidade de novas categorias acerca do trabalho, do trabalho abstrato, do trabalho abstrato produtivo e improdutivo, do fundamento das classes sociais a partir do local que ocupam na estrutura produtiva, etc. para a crítica revolucionária do mundo em que vivemos. Tais categorias, tal como formuladas originariamente por Marx, são rigorosamente atuais, imprescindíveis e suficientes. Neste particular, Marx continua imprescindível e suficiente – e as tentativas de se provar a tese inversa foram todas, sem exceção, mal sucedidas. (LESSA, 2007, p. 313).

O autor demonstra coerência, quando relata que Marx continua imprescindível. Sem dúvidas, as Obras de Marx são fundamentais para qualquer cientista social que pretenda compreender o mundo do trabalho e seus aspectos socioespaciais, mas o termo suficiente traz em si uma série de problemas, uma vez que as modificações no modo de produção capitalista e a criação de diversas novas maneiras de extração de mais-valia da classe trabalhadora se acentuaram. Dessa forma, conceitos estanques acabam por se tornar insuficientes para análise, principalmente a partir de Marx.

[...] a dialética de Marx não se reduz ao movimento que quer captar no fenômeno, mas que tal dialética se expressa no movimento próprio dos conceitos, de forma que eles se referem a momentos de aproximação e aprofundamento da análise que parte da aparência até a essência, da essência menos profunda até a mais profunda, por vezes de volta à aparência carregando os conteúdos conquistados até então. (IASI, 2011, p. 106).

Refletindo sobre os pontos apresentados, pode-se chegar à conclusão que a perspectiva de estudos sobre a classe trabalhadora, denominada por Bezerra (2012) de contenção e/ou

enrijecimento, traz diversos elementos importantes, principalmente extraídos de leituras minuciosas de Marx, entretanto, são leituras que têm limitações diante das transformações do mundo do trabalho contemporâneo.

Já a concepção de estudo de perspectiva de ampliação (BEZERRA, 2012) tem por base indicar novos olhares e caminhos para o debate tanto do mundo do trabalho quanto da classe trabalhadora. A palavra ampliação não possui o significado de mera palavra vazia, mas sim, de se impor no sentido de ampliar efetivamente os horizontes analíticos dessas categorias no contexto das mudanças econômicas e culturais no/do capitalismo do século XXI.

É crucial entender que essa perspectiva não visa abandonar ou minorar a importância da teoria marxiana na análise do mundo do trabalho; muito pelo contrário, a perspectiva de ampliação tem como base as Obras de Marx e reconhece seu aspecto basilar para o debate, no entanto, trabalha no sentido de explicar e melhorar a articulação teórica entre o capitalismo e o mundo do trabalho analisada no século XIX por Marx e o capitalismo e o mundo do trabalho do século XXI. Ressalta-se que não é que a Obra de Marx esteja incompleta ou incorreta, mas sim, que é preciso compreender que Marx não podia prever desdobramentos referentes ao mundo do trabalho que ocorreriam duzentos anos a sua frente, mesmo que de forma impressionante ele tenha dado diversas pistas.⁴ De forma irônica, é interessante afirmar que Marx era um brilhante intelectual e não um vidente capaz de prever todo o futuro. Apropriando-se da afirmação de Paulo Netto (2016, não paginado), um dos mais proeminentes estudiosos da obra de Marx no Brasil, “[...] hoje esse modo de produção capitalista apresenta processos e fenômenos que Marx não conheceu.”⁵

Atualmente, diversos autores trabalham nessa perspectiva de ampliação, analisando a classe trabalhadora a partir da realidade concreta tal qual como ela se apresenta, ou seja, uma classe trabalhadora fragmentada e heterogênea, não apenas na divisão clássica entre burguesia e proletariado, dentre os quais podemos citar autores como Antunes (2009, 2005) e Thomaz Júnior (2002, 2009). As profundas mudanças no mundo do trabalho se dão devido ao que Antunes (2009) explica como reestruturação produtiva, assunto que será tratado com profundidade no próximo capítulo.

⁴ No livro I de “O capital”, no capítulo 13 “Maquinaria e grande indústria”, Marx já havia alertado que a maquinaria é meio para a produção de mais-valor, apropriação do trabalho feminino pelo capital, intensificação da exploração da força de trabalho, dentre outras. A análise de Marx sobre estas questões demonstra o início de processos acentuadamente mais sofisticados e eficazes que o aparato informacional do século XXI cristalizou, proporcionando maior eficácia na extração de mais-valor.

⁵ Trecho retirado do curso “Introdução ao método de Marx” (primeira parte) com José Paulo Netto, ministrado na Universidade de Brasília, em 19 de abril de 2016. A fala consta no vídeo as 2:30:14 no *site* YouTube.

Dentre as diversas mudanças que ocorreram devido à reestruturação produtiva, Bezerra (2012) cita algumas que foram marcantes nesse processo e que produziram acentuadas mudanças na relação capital-trabalho, dentre essas a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, tendência já apontada em Marx (2017) e bem explanada e atualizada por Antunes (2009). Esta é a situação na qual o desenvolvimento tecnológico moderno, uso da robótica, ocasiona o chamado desemprego tecnológico. Segundo Antunes (2009, p. 124), é a “transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada” e que, segundo Harvey (2016, p. 161), tais “mudanças tecnológicas que aumentam a produtividade no trabalho produzem demissões e desemprego.”. Outras mudanças que ocorreram são a migração gradativa do modelo fordista para o modelo toyotista; mudanças significativas de postos de trabalho do setor da indústria para o setor de serviços; a ampliação do trabalho informal; ampliação em larga escala da mão de obra feminina em quase todos os setores da economia, geralmente com menores salários e condições de exploração mais elevadas do que com a masculina.

Nessa linha de pensamento, pode-se afirmar que autores que estudam a classe trabalhadora numa perspectiva de ampliação escolheram por construir uma teoria que tentasse compreender essa nova classe trabalhadora ou, como Antunes (2009) bem denominou, a “classe-que-vive-do-trabalho”. Também fica evidente a condição de materialidade da Geografia do Trabalho nessa concepção. O próprio Antunes (2009) reconhece que como o sistema do capital é global, o mundo do trabalho e seus problemas seguem a mesma direção. Com a reestruturação do espaço-tempo de produção pelo capital, existem também diversos processos de reterritorialização e desterritorialização, colocando a luta de classe num patamar internacionalizado. Esta citação de Ricardo Antunes define bem a perspectiva de ampliação:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, por time, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2009, p. 103).

A perspectiva de ampliação dos estudos sobre o mundo do trabalho e a classe trabalhadora abre diversas possibilidades, o que renova a importância dos estudos sobre a classe

trabalhadora no contexto do capitalismo contemporâneo. A extração de mais-valor, que Marx (2017) um dia relatou, demonstra estar em plena vigência no mundo do trabalho do século XXI. O que deixam traços de profundas mudanças são os mecanismos desse processo, formas mais sutis, apoiadas no desenvolvimento tecnológico, nas transformações sociais ocorridas pela urbanização massiva e diversas outras mudanças na vida moderna que estão profundamente integradas e a serviço dessas novas formas de extração de mais-valor.

Quando se parte da crítica radical ao processo histórico de exploração da classe trabalhadora, é comum enfrentar posicionamentos reacionários, como discursos que saem em defesa do capitalismo como um sistema humanizado que, no desenvolver da história, trouxe profundas melhorias de vida para classe trabalhadora. Também é comum se deparar com manifestações que podem ser denominadas de expressão do marxismo vulgar, que são basicamente discursos extremamente dogmáticos e panfletários que olham para o mundo do trabalho como aquele do início da primeira Revolução Industrial, no século XVIII.

Este trabalho parte de um posicionamento teórico e, também, político de reconhecimento da realidade como esta se apresenta e, na contramão dos discursos elencados anteriormente, baseado no que afirma Harvey (2016), fica claro que houve avanços e melhorias tanto na qualidade de vida quanto nas condições de trabalho da classe trabalhadora ao longo do último século, o que contraria discursos de marxistas menos atentos à realidade concreta. Porém, ainda baseado no que o autor nos relata, essas melhorias não estão ligadas a aspectos de um caráter humanizador intrínseco ao sistema vigente, mas é imprescindível deixar claro que tais melhorias ocorridas ao longo da história são resultados de muitas lutas sociais e processos revolucionários. Tais melhorias são conquistas históricas da classe trabalhadora e não benesses ofertadas pelo capital como alguns creem. E outro ponto que não se pode perder de vista e que Harvey (2016) também nos alerta é que a produção de bens de consumo mais baratos, que são resultantes de uma divisão do trabalho que aumentou a produção em escala, tem de ser absorvida de alguma forma e em algum local, o que demonstra que determinada elevação do poder de consumo da classe trabalhadora faz parte do processo de realização e expansão do capital.

Na terceira e última perspectiva de estudo sobre a classe trabalhadora sistematizada por Bezerra (2012), o autor relata que dentre as três formas de análise da classe trabalhadora sistematizadas em perspectivas de contenção e/ou enrijecimento, perspectivas de ampliação e perspectivas frouxas e/ou esquizofrênicas, esta última se apresentou com a mais complexa em seu processo de identificação, uma vez que em larga medida essa narrativa parte do entrelaçamento de princípios pós-modernistas de profundo relativismo sobre os conceitos. Assim,

essa encontra terreno fértil na necessidade de atualização de categorias diretamente afetadas pelas transformações no capitalismo contemporâneo, de forma que as categorias de trabalho e classe trabalhadora acabam sendo diferentemente afetadas por tais visões.

Um exemplo para compreender este raciocínio é o conceito de classe trabalhadora. Como explicado anteriormente, na perspectiva de contenção ou enrijecimento, existem autores que buscam tratar essa categoria ainda nas clássicas definições de proletariado, o que a perspectiva de ampliação demonstrou ser uma categorização insuficiente, devido às diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho e na classe trabalhadora. Para tal concepção nas perspectivas frouxas e/ou esquizofrênicas, a complexidade se encontra na seguinte situação: pode-se encontrar pontos que coadunam com a perspectiva de ampliação, como o reconhecimento da necessidade de ampliar o conceito de classe trabalhadora devido à nova morfologia do trabalho, porém, o pensamento pós-modernista flexiona de tal maneira a concepção de classe trabalhadora que chega ao ponto de eliminar a categoria de qualquer abordagem política, o que, na visão de Bezerra (2012), acaba esvaziando qualquer possibilidade de enfrentamento do metabolismo do capital.

Como alerta Bezerra (2012), é demasiado polêmico rotular este ou aquele autor de pós-moderno, mas por outro lado se faz imperiosa a necessidade de se levantar o debate sobre essa corrente de pensamento e seus desdobramentos na concepção de mundo do trabalho e de classe trabalhadora. Tais abordagens podem trazer consequências tão mais devastadoras para o mundo concreto dos trabalhadores do que pensamentos puramente reacionários. Na realidade, pode-se afirmar que existe muito do pensamento reacionário em várias abordagens pós-modernas. O pensamento reacionário ou conservador pró-capital é de fácil reconhecimento para pessoas minimamente versadas numa concepção teórico-crítica de mundo, já o pensamento pós-moderno traz uma complexidade maior, uma vez que tal perspectiva, na maioria das vezes, se apresenta a partir de um viés progressista e humanista. Para compreender melhor o conceito de pós-modernismo ou pós-modernidade no qual este trabalho se apoia, a definição do filósofo britânico Terry Eagleton expressa bem a noção do pensamento pós-modernista:

[...] uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando certo grau de ceticismo em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades. (EAGLETON, 1998, p. 15).

Mesmo partindo de uma crítica ao relativismo extremado de abordagens pós-modernas, é também coerente reconhecer que essa linha de pensamento trouxe para o centro do debate temas importantes e, que até então, não tinham atenção de boa parte dos pensadores críticos de matriz marxista. Questões de gênero, étnico-raciais e várias outras questões que se podem denominar de identitárias não ocupavam o debate de movimentos sociais e, até mesmo, de sindicatos como ocupam hoje. Esse avanço tem que ser reconhecido para que se possa avançar no debate e fazer as críticas necessárias.

Como o leque de questões identitárias é extremamente amplo, este trabalho irá se ater apenas às questões de gênero ou, mais precisamente, ao papel do trabalho feminino no mundo do trabalho. A luta pela emancipação feminina é, sem dúvidas, algo que deve estar no horizonte de qualquer pessoa que vislumbre a construção de uma sociedade socialista ou minimamente democrática. Nos países de capitalismo avançado, mesmo que muitas vezes o discurso não se materialize na prática, é geral a concordância dos direitos femininos.

As questões de gênero, assim como as de outras bandeiras identitárias, são em larga medida trabalhadas numa perspectiva pós-modernista, ou seja, num discurso demasiadamente fragmentado, no qual a cultura do subjetivismo e individualismo se impõe sobre qualquer forma de reflexão coletiva ou socialista, como bem relata Antunes (2009). A ausência de uma reflexão social, que pense a classe trabalhadora como uma totalidade diversa, faz com que a energia de lutas identitárias seja facilmente metabolizada pelo capital e, nesse quesito, o papel da mulher no mundo do trabalho é um exemplo disso.

Como se sabe, o papel da mulher na civilização ocidental sempre esteve mais próximo do que podemos chamar de serviços do lar. A partir da reestruturação produtiva da década de 1970, percebe-se uma mudança de paradigma no mercado de trabalho: a mulher começa a exercer funções até então exclusivas dos homens no mercado. Sabe-se que tal acontecimento é comemorado por movimentos identitários como uma vitória no processo de emancipação feminina, entretanto, quando analisado criticamente numa totalidade da classe trabalhadora, fica demonstrado que essa aparente conquista feminina serviu como forte estímulo para a acumulação e expansão geográfica do capital, uma vez que a legítima luta feminina foi, em larga medida, metabolizada pelo capital, de forma que a inserção das mulheres no mercado de trabalho serviu como alavanca para derrubar o valor da mão de obra geral e expandir ainda mais o processo de precarização do trabalho. “Essa expansão do trabalho feminino tem sido frequente principalmente no universo do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado,

part time [termo em inglês: tempo parcial] etc., com salários geralmente mais baixos.” (ANTUNES, 2009, p. 188).

Tal situação demonstra dois aspectos. O primeiro que é de importância máxima o papel da mulher na luta por direitos e emancipação humana e o segundo é que uma luta pela emancipação feminina, descolada de uma perspectiva de luta de classe e superação do capital, pode ser facilmente metabolizada pelo capital. É preciso reconhecer que no capitalismo contemporâneo a divisão sexual do trabalho é fundamental para maior extração de mais-valor da classe trabalhadora em escala global.

Nas perspectivas frouxas e/ou esquizofrênicas de estudos sobre a classe trabalhadora, além de trazer esse problema de excesso de subjetivismo e fragmentação das lutas da classe trabalhadora, ainda traz outras questões, como a rejeição da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, como foi o caso sociólogo alemão Jürgen Habermas (1929-...), que, partindo de aspectos ligados à fenomenologia, chegou a afirmar que a centralidade do trabalho poderia ser substituída pela centralidade da intersubjetividade, baseado em aspectos da fenomenologia para definir o conceito de mundo da vida.

Para Antunes (2009), os aspectos da intersubjetividade levantados por Habermas, como a linguagem, sociabilidade e cultura, compõem o ser social, porém, os aspectos ontológicos entre homem e natureza, a síntese entre causalidade e teleologia faz do trabalho uma categoria central. Deste modo, partindo das três perspectivas de estudos e reflexões sobre a classe trabalhadora aqui abordadas, a de ampliação é a que se apresenta com mais coerência e relação concreta com a realidade do mundo do trabalho contemporâneo. Compreender tais perspectivas é basilar para a Geografia do Trabalho e demais disciplinas que se disponham a trabalhar essa categoria.

Reestruturação produtiva e nova classe trabalhadora

Antes de adentrar efetivamente na descrição dos processos histórico-geográficos da reestruturação produtiva, faz-se necessário refletir sobre as contradições existentes na relação capital-trabalho e que estão na base da reestruturação produtiva.

Segundo Harvey (2016), o comércio de prestação de serviços é anterior ao estabelecimento do capitalismo e, de certa maneira, é provável que continue a existir quando o capital deixar de ser uma forma exequível de produção e consumo. Mas o capital criou sua própria base de reprodução a partir do uso sistêmico da força de trabalho para produzir mais-valor,

apropriando-se das necessidades do trabalhador de produzir e reproduzir determinado padrão de vida.

No capitalismo, o trabalhador vende a mercadoria “força de trabalho” em um mercado aparentemente “livre”. Para Harvey (2016), o interessante nesse sistema é que ele consegue parecer justo, não baseado em trapaça, roubo ou espoliação. Se o trabalhador tiver um salário padrão, que no Brasil chama-se de salário mínimo, então está tudo certo, mesmo que este salário produza condições de vida precária e relações socioespaciais eivadas de sofrimento.

A justiça dessa relação se fundamenta na ideia de propriedade privada. Se o trabalho é uma mercadoria, e essa mercadoria é de propriedade do trabalhador, logo ele é “livre” para vendê-la para quem quiser. Para Harvey (2016), isso é denotado como uma falsa liberdade extremamente conveniente ao capital. Se os trabalhadores não têm acesso à terra e os meios de produção, logo não existe outra alternativa concreta que não seja vender sua força de trabalho.

É fundamental a compreensão que, na relação capital-trabalho, para que o capital exista e se reproduza, o valor da força de trabalho deverá ser sempre menor do que o valor final produzido por este trabalho. O valor excedente é apropriado pelo capital na forma de lucro, podendo assim acumulá-lo como “[...] concentração de poder financeiro.” (HARVEY, 2016, p. 68).

A grande consequência desses processos de dominação do capital sobre o trabalho é a transformação do trabalho social humano em trabalho social alienado. O trabalho passa a ser organizado tão somente em função da produção de valor de troca das mercadorias e da geração de retorno pecuniário, retorno este que o capital utiliza para promover seu poder social de dominação sob a classe trabalhadora (HARVEY, 2016).

Na relação entre capital-trabalho, a figura do Estado se faz presente como reguladora e garantidora das leis que mediam tais relações. Partindo do princípio que a força de trabalho é tida como uma propriedade privada, a relação entre trabalho e capital se dá de forma contratual. Mesmo havendo aspecto de individualidade de contrato para contrato, há norma geral que garante a previsibilidade das relações entre capitalista e trabalhadores.

Sendo assim, qualquer trabalhador, de forma individual ou coletiva, pode lutar por mais direitos e melhores condições de trabalho, assim como os capitalistas podem se organizar para pleitear mais direitos de explorar a classe trabalhadora, que pode se dar pela redução dos custos com mão de obra, diminuição da remuneração dos trabalhadores com cortes de direitos e, até mesmo, aumento da carga horária de trabalho. Essas relações contratuais arbitradas pelo poder do Estado dão um verniz de igualdade de direitos entre as classes, todavia,

essa igualdade não se materializa no plano concreto da vida. Marx já havia sintetizado bem este tipo de situação, quando se trata de demandas entre capitalistas e trabalhadores: “tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força.” (MARX, 2017, p. 309).

Essa afirmação de Marx, feita no século XIX, talvez nunca tenha feito tanto sentido do que quando olhada a partir do século XXI. Nunca os Estados Nacionais estiveram tão re-féns dos lóbis de corporações nacionais e transnacionais, o que torna razoável afirmar que, a priori, nesse jogo de forças, a classe trabalhadora está em profunda desvantagem.

Segundo Harvey (2016), no processo de luta de classes, quanto mais exitosa forem as conquistas do capital sobre o trabalho, maiores também serão os lucros; em sentido oposto também se dá com a classe trabalhadora: quanto mais profícua for a luta dos trabalhadores, melhores serão o nível da qualidade de vida e as condições de escolha no mercado de trabalho.

Assim como a classe trabalhadora utiliza da organização sindical e do poder das greves para poder lutar por melhorias de salário e condições adequadas de vida, conseguindo reduzir a taxa de lucro do capital, o capital também tem suas formas de resistência e estratégias de ofensiva contra a classe trabalhadora. O capital entra em greve recusando-se a investir ou reinvestir, dessa forma ele tem a capacidade de criar desemprego, o que é uma forma de disciplinar o trabalho (HARVEY, 2016).

Dessa maneira, é interessante refletir como essa constante relação de contradição entre capital e trabalho exerce centralidade no processo de produção do espaço vivido em suas diferentes classificações escalares. Partindo da reflexão de Santos (2008b) de que a paisagem seria uma categoria descritiva dos fenômenos espaciais materializados diante dos olhos e, também, de Moreira (2002) de que a paisagem é uma categoria de mediação do trabalho, pode-se inferir que temos implicitamente a categoria de trabalho quando Harvey (2016, p. 139) afirma que “o capital se esforça para produzir uma paisagem geográfica favorável a sua própria reprodução [...]”, assim como a temos explicitamente quando “as contradições entre capital e trabalho [...] ganham amplitude e forma material na paisagem geográfica.”. O geógrafo Thomaz Júnior (2004, p. 16) reforça essa dimensão espacial, quando assegura que “[...] o trabalho se espacializa mais amplamente, redesenhando os territórios ou requalificando a todo tempo as dimensões locacionais das esferas de domínio e do poder de classe do capital sobre o trabalho.”.

Esse conjunto de aspectos explicitados sobre as contradições existentes entre capital-trabalho é fundamental para se compreender os motivos essenciais do processo de reestrutura-

ção produtiva e precarização do mundo do trabalho em âmbito global, bem como sua materialização no espaço geográfico. O capitalismo, ao longo de sua história, adotou diversas formas para otimizar a produção, sempre no sentido de extrair mais-valor do trabalho, cada vez em menos tempo. Inicialmente, pode-se citar o taylorismo e fordismo como processos de trabalho que tiveram proeminente destaque ao longo do último século.

Segundo Antunes (1995), os pontos centrais que caracterizam estes processos de trabalho são os seguintes: o fordismo, que estabeleceu o que se conhece como produção em massa, automação, aquela linha de montagem que se consagrou no clássico filme “Tempos modernos” do ator Charlie Chaplin (1889-1977) e, também, pela fabricação de produtos mais homogêneos para consumo de massa – o fordismo estabeleceu o controle do tempo e de movimentos dos trabalhadores de forma cronometrada; já o taylorismo se caracterizou por maior fragmentação das funções, parcelamento do trabalho, separação rígida entre planejamento e execução no processo de trabalho, unidades fabris concentradas, verticalizadas e constituição do operário-massa. “Al fordismo como el proceso de trabajo que, junto com el taylorismo, predomino em la gran industria capitalista a lo largo del siglo XX.” (ANTUNES, 1995, p. 27).

Como afirma Antunes (2009), esse modelo de produção resultou num longo período de acúmulo de capitais no apogeu do fordismo e no modelo econômico keynesianismo, este que na prática se caracteriza por uma economia de mercado com forte viés nacionalista e intervenção do Estado na economia. A partir da década de 1970, esse modelo começou a mostrar sinais de esgotamento, pois os capitalistas tinham diminuído suas taxas de lucro.

Dentre os diversos motivos para diminuição da taxa de lucros dos capitalistas estava o aumento efetivo do preço da força de trabalho. Esse resultado foi conquistado a partir da intensificação das lutas sociais da década anterior, que tinham como pauta o controle social da produção. Isso impactou fortemente no nível de lucratividade do capital.

Segundo Antunes (2009), o padrão taylorista/fordista, em sua manifestação de esgotamento, já era uma expressão da crise estrutural do capital. Houve situação insolúvel dentro da ordem, na qual os capitalistas não conseguiram neutralizar a forte retração do consumo, que era reflexo também do desemprego estrutural e excesso de capacidade produtiva.

Ainda ligado a esse processo de crise estrutural, houve crescimento do capital financeiro, momento no qual se pode perceber uma migração de investimentos do setor produtivo para a especulação financeira internacionalizada. Devido à concentração de capitais, ocorreu também a formação de grandes monopólios empresariais.

Dentro desse quadro crítico, ocorreu a crise do chamado Welfare State, que existia apenas nos países centrais. Essa retração do Estado de Bem-estar Social se caracterizou por uma forte crise fiscal no Estado capitalista, diminuição do gasto público, privatização em massa da economia e, também, desregulamentação e flexibilização que se deram tanto sobre o processo produtivo, mercados e força de trabalho (ANTUNES, 2009). Para Thomaz Júnior (2004), os anos de 1970 são o marco para melhor precisar a crise estrutural do capitalismo, que se iniciou nos países de capitalismo central e que posteriormente se manifestou de forma aguda nos países periféricos por meio da dívida externa, o que os forçou a se integrarem ao processo de globalização.

Segundo Brenner (1999) e Antunes (2009), os países centrais, que eram os grandes produtores industriais com custos menores, como era o caso da Alemanha e especialmente do Japão, ampliaram rapidamente sua influência no mercado global. Dessa forma, houve redução das fatias de mercado e da lucratividade de seus concorrentes. “O resultado disso foi o excesso de capacidade de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor das economias do G7 como um todo.” (BRENNER, 1999, p. 13).

Ainda segundo Brenner (1999) e Antunes (2009), a acentuada queda da lucratividade de países, como dos Estados Unidos da América, da Alemanha, do Japão e da maior parte dos países centrais do capitalismo, foi o centro da contração das taxas de acumulação do capital. Como resposta a esta crise estrutural, deu-se início a um processo de reestruturação do capital e de seu sistema de dominação político/ideológico, que culminou no advento do que se conhece hoje como neoliberalismo, materializado na privatização e desmontagem do setor produtivo estatal, bem como na desregulamentação dos direitos do trabalho, “[...] da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.” (ANTUNES, 2009, p. 33).

No processo de reestruturação produtiva, a grande mudança ocorrida no mundo do trabalho se deu justamente na apropriação e degeneração de lutas históricas dos trabalhadores pelo capital, o que demonstrou a enorme capacidade desse sistema de metabolizar bandeiras de luta social.

Segundo Antunes (2009), a ascensão da luta operária no final da década de 1960 e início da de 1970 fugiu ao controle do capital. Os sindicatos, em larga medida cooptados pela burocracia estatal, estavam acostumados a trabalhar dentro da ordem da social-democracia, na qual o Welfare State servia como forma de controle da classe trabalhadora, mesmo em condi-

ções de trabalho inexoravelmente alienada, como era o caso dentro do modelo taylorista e fordista existentes.

O operariado em massa, que eram trabalhadores que exerciam seu trabalho de forma fragmentária, parcelada, repetitiva e massificada dentro das plantas maquinizadas, na qual cada um tinha sua função estabelecida sem ter conhecimento da totalidade do processo produtivo, foi por longo período uma forma bem-sucedida de extrair mais-valor dos trabalhadores, transformando-se numa forte contradição dentro do sistema. Trabalhadores expostos ao mesmo sistema de alienação do trabalho criaram formas de sociabilização também fora do espaço das fábricas, o que com o passar de uma geração se transformou no que se pode chamar de uma consciência de classe. Os poucos benefícios de acesso a formas de consumo produzidas pela expansão da produtividade de bens de consumo pelo modelo fordista já não eram suficientes para os trabalhadores se sujeitarem a essas condições de trabalho. A segunda geração de trabalhadores “formada nos marcos do fordismo, ela não se encontrava disposta a perder sua vida para ganhá-la.” (ANTUNES, 2009, p. 44).

Nesse clima de insatisfação, o operariado eclodiu em greves que ficaram conhecidas como greves selvagens, motivo este pelo qual os trabalhadores organizaram formas de luta fora dos marcos sindicais, que naquele momento tinha forte ligação com a burocracia estatal social-democrata. A principal bandeira de luta desses movimentos era o controle social dos trabalhadores dos meios de produção. Muitas fábricas foram tomadas e tiveram toda sua hierarquia interna remodelada.

Essas revoltas operárias infelizmente não tiveram forças para superar a estrutura da social-democracia, que por décadas estava consolidada e havia deixado marcas profundas no proletariado, e, também, não conseguiu articular com novos movimentos sociais que se consolidavam naquele momento, como os movimentos ecológico, feminista, antinuclear e tantos outros. A maior conquista desse processo foi a exposição ao limite do degradante processo de alienação do trabalho que o modelo fordista impunha aos trabalhadores. Essa demonstração da capacidade auto-organizativa causou abalos no funcionamento do capitalismo naquele momento (ANTUNES, 2009).

Como exposto anteriormente, o processo de reestruturação produtiva demonstrou a enorme capacidade do sistema de metabolizar bandeiras de luta social e degenerá-las em seu proveito. Com o uso cada vez maior da tecnologia, os capitalistas se apropriaram de várias temáticas propostas pela classe operária. Com a tomada de diversas empresas pelo operariado, numa demonstração de capacidade organizacional e inteligência para além do que o sistema taylorista/fordista os exigia, os capitalistas perceberam possibilidades mais eficientes de ex-

tração de mais-valia, com o uso da informática e sistemas eletrônicos. Esses revolucionaram os processos administrativos das empresas, com diversas técnicas de gestão na qual o trabalhador em massa perde a centralidade e ganha centralidade uma espécie de trabalhador que passa a ter não apenas sua força física explorada, mas sim, sua capacidade de planejamento e raciocínio.

O trabalhador passou a conhecer e contribuir em diversas áreas das empresas e se tornou um trabalhador polivalente, realizando um número cada vez maior de tarefas na empresa. Tem-se aí a implantação de sistemas como o toyotismo e qualidade total. A partir desse momento, surgem as bases de um processo de controle social e ideológico pelo capital bem mais profundo do que o existente no fordismo e taylorismo (ANTUNES, 2009).

O toyotismo foi o sistema de produção visto como a saída para crise do taylorismo e fordismo. Inicialmente criado e conhecido com modelo japonês, esse sistema trouxe grande aprofundamento e sofisticação no processo de extração de mais-valia da classe trabalhadora. Se, por um lado, ele eliminou postos de trabalho, apropriando-se de uma mão de obra polivalente, por outro lado, esse sistema aumentou a produtividade com número reduzido de trabalhadores.

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade. (ANTUNES, 2009, p. 55).

O toyotismo apresenta diferenças significativas do processo produtivo do binômio taylorismo/fordismo. Os pontos mais marcantes dessa diferenciação são que o toyotismo se caracteriza por ser uma produção vinculada à demanda, heterogênea e mais próxima ao consumidor como indivíduo, o que difere totalmente da produção em série, homogênea e massificada do taylorismo/fordismo. O toyotismo se baseia no trabalho em equipe, polivalente, rompendo com a perspectiva de operário em massa de caráter parcelar; trabalham com melhor aproveitamento de tempo de produção, baixos estoques. Diferente do taylorismo/fordismo que tem uma produção verticalizada, no toyotismo a produção é horizontalizada, utilizando a teoria do foco, na qual produz apenas o essencial dentro de suas fábricas. Como exemplo, pode-se citar que no fordismo, em média, 75% de um determinado produto era totalmente produzido dentro de sua fábrica, já no toyotismo, cerca de apenas 25%. Há processo generalizado

de terceirização, o que obriga grande número de empresas a seguirem critérios desse modelo; círculos de controle de qualidade, que são grupos de trabalhadores que são encorajados a pensar o próprio trabalho e produtividade, o que não existiam no modelo anterior (ANTUNES, 2009).

O toyotismo foi responsável por tirar o Japão de uma situação de profunda crise pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para uma situação de alta produtividade e grande acumulação capitalista. O modelo japonês também foi bem recebido pelo capitalismo ocidental, entretanto, é preciso salientar que este teve que passar por adaptações para se integrar em países ocidentais. O modelo japonês original tinha diversos pontos arraigados na cultura japonesa, como uma divisão sexual do trabalho bem mais acentuada, uso de mão de obra de *dekaseguis* (imigrantes descendentes de japoneses, nascidos fora do Japão) e, ainda, mantinha uma média de 30% dos funcionários das fábricas como operários vitalícios. No ocidente, o toyotismo encontrou solo fértil nos projetos neoliberais, que já tinham ganhado corpo entre 1970 e 1980 no capitalismo mundial. A reestruturação produtiva assumiu contorno que provocou transformações em todas as áreas do tecido social, não apenas no modo de produzir, mas nas relações sociais e culturais, o que causaram profundas mudanças na classe trabalhadora.

O neoliberalismo, como é conhecido historicamente, ganhou força na década de 1980 no governo de Margareth Thatcher (1925-2013) na Inglaterra e, nos Estados Unidos da América, com Ronald Reagan (1911-2004). Esta fase é conhecida por profunda perseguição contra sindicatos, perdas de direitos, privatizações de empresas estatais, flexibilização do trabalho, dentre diversas mudanças que impactaram diretamente na vida concreta e subjetividade da classe dos trabalhadores. Seria possível discorrer mais profundamente sobre o caso do neoliberalismo nesses países centrais, entretanto, como geógrafos situados em país de capitalismo dependente, acredita-se ser mais relevante e importante trazer a compreensão da realidade do neoliberalismo no Brasil, que em larga medida também é a realidade da América Latina como um todo, fazendo-se necessário o conhecimento dessa realidade para quem se disponha a refletir sobre o mundo do trabalho e suas configurações socioespaciais.

Sabe-se que a América Latina sofreu com diversas ditaduras militares e regimes civis de cunho conservador. A partir de meados dos anos 60 no século passado, diversos países tiveram regimes profundamente neoliberais, como foi o caso da Argentina. Segundo Antunes (2011, p. 39), “se a Inglaterra foi o laboratório do neoliberalismo na Europa, a Argentina pode ser considerada seu equivalente latino-americano.”.

No caso do Brasil, o regime autoritário, apesar de trabalhar no sentido de promover uma profunda concentração de renda que se dá entre meados dos anos 70 e início dos 80, foi

consideravelmente industrializante, o que ampliou a classe trabalhadora. Esse período pode ser considerado um momento de ascensão da luta de classes no Brasil, ocorrendo greves históricas de vários segmentos, como as dos operários industriais, dos trabalhadores rurais, do funcionalismo público e de diversos outros. Houve fortalecimento do chamado novo sindicalismo, que naquele momento teve a organização de importantes centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores, que atuava, em sua origem, numa perspectiva classista e autônoma de relações com o poder de Estado. Nesse período, existiam lutas extremamente duras por melhores salários e condições de trabalho, no entanto, a classe trabalhadora não enfrentava o avanço neoliberal (ANTUNES, 2011).

Estabelecendo-se um marco histórico da ascensão neoliberal no Brasil, esta vai se dar efetivamente a partir de 1990, dando seus primeiros sinais no governo Fernando Collor de Mello e se aprofundando no de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O governo FHC, que exerceu dois mandatos na Presidência da República (1995-2002), representou uma profunda transformação no sistema produtivo brasileiro. O governo promoveu intensas privatizações que atingiram diversos setores e empresas estatais, como as telecomunicações, a siderurgia, o sistema bancário, o setor elétrico, o que representaram um verdadeiro desmonte do Estado brasileiro.

Esse governo também promoveu profundas mudanças na economia brasileira, baseada no tripé capital nacional-capital estrangeiro-setor produtivo estatal, para um modelo de total submissão ao capital internacional, baseado nos ditames do Consenso de Washington, de 1989. Essa perspectiva econômica tinha em seu arcabouço teórico forte viés da nova direita, neoliberal, sendo fortemente influenciada pelos teóricos liberais, Friedrich August Von Hayek (1899-1992), e famosos monetaristas do grande capital estadunidense, como Milton Friedman (1912-2006), Edmund Phelps (1933-...) e outros.

Tal abordagem neoliberal trazia um diagnóstico dos problemas econômicos latino-americanos. Para o Consenso de Washington, a raiz dos problemas do continente estava justamente no tamanho do aparato estatal e sua influência nos diversos setores dentro da economia, por exemplo, a incapacidade do Estado em manter sob controle as demandas salariais tanto do setor público quanto do privado. O receituário para os males da economia latina vinda de Washington era estabilizar a economia a partir do ajuste fiscal e adotar medidas para que o mercado fosse liberalizado sem interferências do Estado – basicamente a ideia de diminuir ao máximo o tamanho do Estado. Essa visão trazia em seu bojo a privatização de estatais, redução de financiamentos das empresas nacionais e retirada de subsídios que beneficiavam empresas e consumidores nacionais. Esse receituário acabou por aprofundar a crise em diver-

soz países da América Latina no final dos anos 80 e, especificamente no Brasil, representou o desmonte do padrão produtivo desenvolvido na era Vargas (1930-1945) (ANTUNES, 2011).

Tal processo de reestruturação produtiva e aprofundamento do neoliberalismo no Brasil trouxe consequências devastadoras para classe trabalhadora, como mostra Ricardo Antunes:

A intensidade do processo que combinou neoliberalismo e reestruturação produtiva do capital trouxe repercussões avassaladoras para o universo da classe trabalhadora, para o movimento sindical e para a esquerda brasileira. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada e de desindustrialização ganharam forte impulso, uma vez que seguiam, no essencial, uma política de corte neoliberal, antiestatista e privatizante. Paralelamente à retração da força de trabalho industrial, ampliou-se também contingente de subproletarizados, de terceirizados, de subempregados, ou seja, das distintas modalidades de trabalho precarizado. (ANTUNES, 2011, p. 42).

O processo de reestruturação produtiva transformou significativamente as estruturas de emprego no Brasil. Houve grande retração do chamado emprego formal e boa parte dos trabalhadores partiu para a informalidade, principalmente em setores do comércio, das comunicações e do transporte (ANTUNES, 2011).

Após o processo de neoliberalização da economia e reestruturação produtiva no Brasil nos anos 90, a partir de 2002 o Partido dos Trabalhadores obteve vitória eleitoral, o que teve um grande valor simbólico, porque foi a primeira vez que alguém proveniente da classe operária chegou ao governo, como foi o caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo de Lula (2003-2010) não teve um caráter de oposição direta ao neoliberalismo. Sofreu críticas profundas por parte da esquerda brasileira por ter tomado medidas impensáveis para um governo que ganhou a eleição com a bandeira de luta pelos direitos dos trabalhadores. Dentre as medidas neoliberais do período Lula, foi marcante o desmonte da previdência pública e seu processo de privatização, a partir da criação e do estímulo da adesão de servidores públicos a fundos privados de pensão, que se deu, segundo Antunes (2011), por exigência direta do Fundo Monetário Internacional.

Os processos de reestruturação produtiva continuaram no governo Lula, entretanto, como o processo de desertificação neoliberal do período FHC foi demasiadamente devastador, seria muito difícil o governo Lula alcançar um desgaste de tal proporção. O crescimento econômico do período Lula e a consequente geração de empregos formais, juntamente com a liberação de acesso ao consumo a parcelas da população que nunca tiveram tal acesso, deram a seu governo um patamar diferente do governo FHC, perante a opinião pública. É também

interessante salientar que, mesmo de forma contraditória, o governo Lula fez investimentos sociais que o colocam à esquerda do perfil neoliberal do governo anterior.

Contudo, a reestruturação produtiva foi uma realidade em ambos os governos, tanto no que se refere ao mundo do trabalho com terceirizações, flexibilização e financeirização da economia, quanto no sentido da produção. Houve ampliação do agronegócio com concentração fundiária, lembrando que o governo petista chegou ao poder levantando a bandeira da reforma agrária, o que nunca ocorreu plenamente.

No Brasil, o sistema toyotista também encontrou terreno fértil, mas com algumas particularidades, como um sistema misto. Observam-se diversas características do toyotismo, como a apropriação intelectual do trabalhador e diminuição em massa do número de funcionários pelo uso da tecnologia, entretanto, ainda é bastante comum por aqui aquele modelo fordista de planta maquinizada.

Falar em reestruturação produtiva, apenas refletindo sobre como se dá o processo, talvez não dimensione os reais impactos e mudanças no mundo do trabalho e na classe trabalhadora. Para melhor compreensão, os dados trazidos por Antunes (2011) são esclarecedores do aprofundamento do processo. Segundo o autor, na região do Grande ABC Paulista, que é a área industrial mais importante do país, em meados de 1980 havia cerca de 200 mil operários metalúrgicos e, já em 2008, este número havia sido reduzido para menos de 100 mil. Outro número estarrecedor é o dos bancários. Após a reestruturação produtiva nessa área, passaram-se de 800 mil bancários em todo país para menos de 400 mil e, para além dessa diminuição brutal nos postos de trabalho, os bancos radicalizaram o processo de terceirização de funcionários e serviços – quando se liga atualmente para o banco para resolver algum problema, já não se fala mais com um funcionário do banco, mas sim, com um trabalhador terceirizado de algum *call center*, o que traz outro ponto do processo da reestruturação produtiva átona, que é o de feminização do mundo do trabalho. Diversos setores como os de *call centers* e *telemarketing* têm, hoje, seus postos de trabalho ocupados por mais de 70% de mulheres, como mostra Antunes (2011).

A feminização em si não é um problema, mas percebe-se que esses processos de feminização se dão não numa perspectiva de inclusão e emancipação da mulher, mas sim, pela percepção do capital de que é possível explorar a força de trabalho feminina, pagando ainda menos do que se paga a força de trabalho masculina. Quando se fala em feminização e reestruturação produtiva, Thomaz Júnior (2009, p. 137), ressalta que o “trabalho feminino [...] expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, ‘terceirizado’, subcontratado, *part-time* etc.”.

Outros exemplos de terceirização em massa a partir dos anos 90 que se tem no Brasil podem ser exemplificados como os da empresa Hering no estado de Santa Catarina, que terceirizou mais de 50% de seus funcionários; a Levi Strauss Brasil, que eliminou praticamente todos seus postos de trabalho diretos; as indústrias calçadistas de Franca, em São Paulo, que com massiva diminuição de postos de trabalho, por meio da terceirização, em alguns casos pode se detectar utilização de trabalho infantil, dentre várias outras empresas em território nacional (ANTUNES, 2011).

Esses dados mostram que o processo de reestruturação produtiva, no contexto neoliberal, causam uma verdadeira devastação no mundo do trabalho e que é fundamental para pessoas que se proponham a entender o mundo do trabalho compreender esta realidade. Outro ponto primordial a ser entendido é o que Antunes (2005, 2011) denominou de a nova morfologia do trabalho ou nova classe trabalhadora. Se nos dois últimos séculos a classe trabalhadora estava associada à ideia de operariado fabril vindo do modelo fordista e taylorista, hoje, essa classe trabalhadora se apresenta de forma ampliada, como uma classe-que-vive-do-trabalho, seja esta vinda do setor fabril, do setor de serviços, masculina ou feminina, urbana ou rural ou qualquer outra.

Antunes (2011) traz algumas características centrais que demonstram as principais tendências dessa nova classe trabalhadora e as consequências do neoliberalismo e da reestruturação produtiva para esses trabalhadores em contexto latino-americano. O ponto central é que, com a retração do taylorismo/fordismo, abriu-se espaço para diminuição dos trabalhadores estáveis por um trabalho desregulamentado, terceirizados, subcontratados e *part time*.

Num primeiro momento, assistiu-se a uma migração em massa dos empregos da indústria para o setor de serviços. Hoje em dia, já se assiste também a uma retração grande de vagas nesse setor na América Latina. Outra marca desse fenômeno é que o emprego estrutural se concentra principalmente entre os mais jovens e em pessoas com idade superior aos quarenta anos. Uma das contradições nesse fenômeno é a inclusão e aproveitamento da mão de obra infantil na América Latina, um problema que também se dá em âmbito mundial nos países dependentes.

Uma tendência global que afeta profundamente os trabalhadores é o trabalho a domicílio. Essa espécie de trabalho é chamada de telemática, que é uma modalidade que se utiliza do computador e da internet para que o trabalhador não precise estar presente na unidade física de determinada empresa, porém, este trabalha de forma que se pode denominar de desconcentração de processo produtivo. “Este é, portanto, o desenho compósito, heterogêneo, polissêmico e multifacetado que caracteriza a nova morfologia da classe trabalhadora.” (ANTUNES,

2011, p. 48), situação que deve ser clara para aqueles que se disponham a estudar o mundo do trabalho e seus rebatimentos espaciais.

O processo no qual faz emergir essa nova classe trabalhadora, explorada, fragmentada e forjada, a partir de uma subjetividade criada pelo capitalismo contemporâneo, materializa no espaço essas relações. Seja por meio da produção de um espaço urbano, no qual as cidades são pensadas para reprodução do capital, produzindo favelas e sem-tetos em massa, seja na desterritorialização e envenenamento nos espaços rurais pelo agronegócio, a centralidade do trabalho se faz presente, o que esboça a emergência de maior atenção dos geógrafos na compreensão dessa categoria.

Considerações finais

As reflexões teóricas apresentadas nesse trabalho não visam e nem têm a densidade necessária para esgotar a temática acerca da centralidade da categoria trabalho na Geografia, embora os aspectos apresentados deem conta da estrutura básica dessa abordagem. Podem-se encontrar reflexões mais elaboradas e sofisticadas acerca do tema, entretanto, o caráter ontológico da relação homem-natureza é o aspecto basilar da categoria do trabalho e da Geografia, o que foi apresentado ao longo desse texto.

É importante refletir que a Geografia do Trabalho não busca inaugurar uma nova Geografia e que, como afirma Bezerra (2012, p. 25), “queremos ressaltar a importância de nos libertarmos das amarras e dos olhares vigilantes dos falsos epistemólogos de plantão.”, o que quer dizer que dentro da reflexão do pensamento geográfico existem epistemologias conservadoras, que de certa maneira criam amarras ao desenvolvimento de reflexão sobre a disciplina. Harvey (2012), ao ser perguntado se tinha preocupações em firmar novas correntes profissionais na Geografia como disciplina respondeu que não, ressaltou que uma das virtudes da abordagem marxista é a de se pensar como totalidade e, assim, todas as disciplinas desaparecem nessa perspectiva. Este pensamento de Harvey expressa bem a concepção implícita neste texto. Entende-se que a nomenclatura Geografia do Trabalho traz, em sua expressão, a reafirmação da centralidade da categoria do trabalho dentro da Geografia e seus desdobramentos espaciais, demarcando um campo teórico de análise.

Dessa maneira, apresentaram-se as principais abordagens teóricas acerca da Geografia do Trabalho, seu contexto histórico e um panorama geral sobre o processo de reestruturação produtiva, seus desdobramentos, suas transformações e sua influência sobre a formação de uma nova classe trabalhadora. Para os Geógrafos do Trabalho ou Sociólogos do Trabalho, não

é possível trabalhar com conceitos fechados de classe trabalhadora, uma vez que o capitalismo contemporâneo se apresenta como um sistema profundamente dinâmico, o que também se materializa em uma constante transformação da classe trabalhadora, no mundo do trabalho e em seus aspectos espaciais ou socioespaciais.

Para finalizar, a partir dos argumentos apresentados no texto, a partir da reflexão de diversos autores, compreende-se que há centralidade na categoria do trabalho para os estudos da Geografia e percebe-se que o esvaziamento desse debate no interior da Geografia se dá por dois caminhos. Na maioria das vezes, por desconhecimento, por ser comum a escolha de categorias tradicionais que já são naturalizadas na Geografia. O outro ponto para o esvaziamento desse debate se dá no sentido político, uma vez que a categoria trabalho tem como grandes teóricos e matriz de análise o pensamento marxista, o que automaticamente gera uma desistência da temática por pessoas mais conservadoras, liberais pró-mercado e, também, pessoas ligadas a temáticas identitárias. O que deixa para quem se propõe a estudar o trabalho, a partir de uma perspectiva geográfica, um vasto campo de análise e também enormes desafios.

A escolha por categorias e aparatos teóricos, que tem por objetivo desnudar contradições, relações de exploração e injustiças, como as existentes na relação capital-trabalho, já traz em si a expressão de uma escolha política, na qual se acredita que, para além da sanha desagregadora do neoliberalismo e crise estrutural do capital, outro mundo é possível!

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adiós al trabajo?** Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido:** internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Brasília, DF, 1940. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? **Outubro Revista**, São Paulo, ed. 3, p. 7-18, fev. 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Dominación y desigualdad: el dilema social latinoamericano**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 6-35, 1982.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Entrevista David Harvey 12/2012**. [10 abr. 2013]. New York: City University of New York, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jPp_TNbN-LQ>. Acesso em: 12 mar. 2020.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-80.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. v. 1.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Ruy. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 1, n. 20, p. 19-23, 2002.

_____. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método de Marx (primeira parte).** [18 maio 2016]. Brasília, DF: PPGPS/SER/UnB, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SILVA, Lenira Rique. **A natureza contraditória do espaço geográfico.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Suzane Tosta et al. A categoria trabalho na ciência geográfica. O contexto do pensamento crítico. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n. 1, p. 286-309, 2016.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, volume especial, número especial, p. 4-26, 2002.

_____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 7-26, 2004.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos.** 2009. v. 1. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.